



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1534/2000

Que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2001 e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei Orçamentária deste Município, para o exercício de 2001, será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei e em consonância com as disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, consistindo no seguinte:

I - das metas e prioridades da Administração Municipal;

II - da organização e estrutura dos orçamentos;

III – das diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - das disposições finais.

### CAPÍTULO I

#### DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades a serem empreendidas na elaboração do Orçamento Anual de 2001 serão as seguintes:

#### Das Políticas Institucionais

I - aperfeiçoar o sistema de arrecadação tributária, objetivando a modernização da arrecadação dos tributos municipais, através de revisão ampla do Código Tributário Municipal;

II - aperfeiçoar e capacitar os servidores para a constante busca da melhor eficácia e eficiência na prestação de serviços, bem como do sistema de gerenciamento de pessoal, através da promoção de estudos e implantação de plano de carreira, cargos e vencimentos, com adequada valorização profissional e custos dentro das possibilidades do município e em sintonia com a legislação pertinente;

III - integrar os munícipes, no contexto de discussões, na formulação ou reformulação do orçamento do município, nos termos da Lei Municipal nº 1485, de 28/12/98. e da concepção de município saudável da Organização Mundial da Saúde;

IV - descentralizar a administração, objetivando maior rapidez e eficácia nos serviços;

V - implementar o sistema de controle interno, incentivando-o e apoiando-o para um trabalho preventivo, consultivo, fiscalizador, corretivo, dentro de suas atribuições legais estabelecidas na sua institucionalização.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## Das Políticas Educacionais

I - aprimorar e capacitar os professores do Ensino Fundamental, em vista a uma didática atual, dinâmica, com conhecimentos e fundamentos atualizados;

II - incentivar e procurar a erradicação do analfabetismo no município;

III - efetuar uma distribuição adequada de material didático e de merenda escolar, dentro do disposto na legislação e das necessidades dos educandos;

IV - incentivar a manutenção e aperfeiçoamento da Biblioteca Pública, bem como o seu uso pelos educandos e munícipes;

V - promover estudos, pesquisas, seminários de aperfeiçoamento de professores, objetivando uma desenvoltura do corpo docente coerente com os avanços tecnológicos atuais;

VI - procurar estabelecer remuneração do corpo docente dentro de padrões dignos, de acordo com as disposições legais, principalmente da Emenda Constitucional nº 14/96, com a promoção de estudos e implantação de Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;

VII - implementar uma política de ensino dentro da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, principalmente na Educação Infantil, com ênfase na implantação de escolas promotoras de saúde;

VIII - destinar parcela de receita resultante de impostos não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) para a manutenção e ao desenvolvimento do ensino;

IX - destinar, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, parcela não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) das parcelas transferidas pelo Estado e União;

X - destinar parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, sempre que ocorrer recebimento de dívida ativa proveniente de impostos;

XI - destinar, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação incorporado ao orçamento, quando proveniente de receita de impostos, sempre que ocorrer excesso de arrecadação, e ele for acrescentado adicionalmente ao exercício por meio de créditos suplementares e/ou especiais;

XII - garantir, aos alunos do ensino pré-escolar e fundamental, obrigatório e gratuito da rede municipal, o fornecimento de material escolar, material didático-pedagógico e transporte de pessoal discente e docente, sendo as despesas respectivas admissíveis na parcela de 25% (vinte e cinco por cento) compulsória, não exonerando o Município da obrigação de assegurar, suplementarmente, estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino, na medida que a providência se torne necessária, de modo a que esses alunos tenham o mesmo tratamento à disposição daqueles, mediante convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação, ou através de lei autorizativa.

XIII - conceder bolsas de estudo para o atendimento suplementar da rede particular local ou de outra localidade, quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender à demanda e houver disponibilidade financeira, respeitando-se os critérios de concessão previstos na legislação.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## Da Política de Saúde

- I - desenvolver e aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, nos termos de seus princípios, diretrizes e objetivos, para a promoção, proteção e recuperação da saúde;
- II - promover o aperfeiçoamento e qualificação dos servidores da saúde, objetivando melhor produtividade e melhoria no atendimento nos serviços de saúde;
- III - valorizar desempenho do servidor da saúde através de implementação de Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, conforme estabelece a Lei Federal nº 8145/90;
- IV - procurar capacitar as unidades de saúde com equipamentos modernos, eficazes, em proveito a um melhor atendimento aos munícipes;
- V - incrementar ações para o aperfeiçoamento da assistência médica-odontológica em regime ambulatorial e de internação, bem como a assistência à saúde da família, através da ampliação dos programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde;
- VI - adquirir e distribuir, dentro das possibilidades, medicamentos de uso corrente e suplementos alimentares, procurando minimizar as necessidades de saúde da população do Município;
- VII - desenvolver e ampliar os programas de vigilância em saúde pública, através de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de controle de doenças.

## Da Política de Desenvolvimento

- I - implantar, incrementar e desenvolver programas de preservação ambiental, visando a melhoria da qualidade de vida da população;
- II - incrementar programas e projetos de saneamento básico, dentro dos padrões e técnicas atualizadas;
- III - incrementar planos e programas para a erradicação da pobreza, em especial , quanto ao disposto na Lei Municipal nº 1 448, de 19/12/97;
- IV - desenvolver e incrementar planos e projetos de investimentos em habitação popular;
- V. implantar e desenvolver política de atendimento integral à criança e ao adolescente, nos termos de seu estatuto e da Lei Complementar Municipal nº 30, de 28/12/99;
- VI - incrementar programas e ações de promoção social nas áreas do esporte, cultura e lazer;
- VII - desenvolver e incrementar programas e ações de assistência social, incentivando as instituições e entidades privadas de assistência social do Município;
- VIII - implementar estudos e projetos para a elaboração do Plano Diretor do Desenvolvimento Municipal;
- XI - incentivar o desenvolvimento do turismo, com vistas à geração de emprego e renda;



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

X - desenvolver programas de incentivo à produção rural em parceria com entidades governamentais e não governamentais do setor agropecuário.

## CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O Projeto de Lei Orçamentária que será encaminhado pelo Executivo à Câmara Municipal consistirá no seguinte:

I - no Orçamento Fiscal, integrando-se de:

- a) orçamento da administração direta;
- b) orçamentos dos fundos;
- c) orçamentos das fundações;
- d) orçamentos das autarquias.

II - no Orçamento da Seguridade Social, envolvendo os gastos com saúde, previdência e assistência social;

III - mensagem de que se trata o art. 22. inciso I e III. da lei nº 4320/64 e tabelas explicativas;

IV - demonstrativo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, e Emenda Constitucional nº 14/96;

V - demonstrativo da aplicação de recursos com pessoal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

## CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 4º A lei Orçamentária para o exercício de 2001 será elaborada conforme as diretrizes, metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual e nesta lei, observadas as normas da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 e Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social será detalhado, especificando os grupos de despesas e suas respectivas dotações, abrangendo :

- I - gastos com pessoal e encargos;
- II - gastos com juros e encargos da dívida;
- III - gastos com investimentos;
- IV - gastos com as despesas correntes;



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

V - gastos com amortizações da dívida;

VI - inversões financeiras.

Art. 6º O Orçamento Anual compreenderá as despesas e receitas relativas a todos os Poderes. Órgãos, Fundos, Fundações e Autarquias, tanto da administração direta quanto da indireta, de modo a evidenciar as políticas e os programas de governo, obedecidos, na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

Art. 7º Os valores de receitas e despesas, expressos em preços correntes, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhados de demonstrativos de sua evolução nos últimos três anos da projeção para os dois seguintes.

§1º Na projeção de despesas e estimativa de receitas, a lei orçamentária anual não conterá fator de correção inflacionária;

§2º A Lei Orçamentária estimará os valores da receita e fixará os valores da despesa de acordo com a variação de preços prevista para o exercício de 2000 e far-se-á consoante as exigências da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 e normas complementares.

Art. 8º As receitas com operações de crédito não poderão ser superiores às das despesas de capital.

Art. 9º Na estimativa das receitas próprias, serão consideradas :

I - Receita Tributária;

II - Receita Patrimonial;

III - Receita Industrial;

IV - Receita de Serviços;

V - Receita de Juros e Multas;

VI - Receita da Dívida Ativa;

VII - Receita de Indenizações e Restituições;

VIII - Receitas Correntes Diversas;

IX - Receitas de Operação de Crédito;

X - Receitas de Alienação de Bens;

XI - Outras Receitas de Capital.

Art. 10. As receitas municipais serão programadas prioritariamente para atender as necessidades de:



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

I - Educação;

II - Saúde;

III - Saneamento Básico;

IV - Assistência Social;

V – Preservação, Proteção e Recuperação do Meio Ambiente.

Parágrafo único. Os recursos constantes dos incisos I e II terão prioridade sobre qualquer outro (dívida, sentenças judiciais, pessoal e encargos, atividade operacional etc).

Art. 11. Na definição das despesas municipais serão consideradas aquelas destinadas à aquisição de bens e serviços para cumprimento dos objetivos do município e solução de seus compromissos de natureza social e financeira, levando em conta o critério de prioridade estabelecido no artigo anterior.

Art. 12. Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 13. As despesas com pessoal e encargos previdenciários serão fixadas respeitando-se as disposições constitucionais do art. 169 da Constituição federal e da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, e o princípio da valorização, da capacitação e da profissionalização do servidor.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária consignará os recursos necessários para atender às despesas decorrentes da implantação dos planos de carreira do servidor e de criação de cargos isolados necessários ao adequado desenvolvimento e continuidade da Administração Pública.

Art. 14. O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e a respectiva memória de cálculo.

Art. 15. As propostas parciais do Poder Legislativo e dos Órgãos da Administração Indireta, para fins de consolidação do Projeto de Lei de Orçamento do Município, serão enviadas à Prefeitura Municipal de Passa Quatro, até o dia 30 de Julho de 2000, caso contrário serão mantidos os mesmos programas de trabalho, previstos no exercício financeiro de 2000.

§1º As propostas parciais a que se referem o **caput** deste artigo serão elaboradas segundo preços correntes, sem nenhum fator de correção decorrente de variação inflacionária.

§2º O total da despesa com os subsídios dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

§3º O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídas os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

§4º Na elaboração de suas propostas, as instituições mencionadas neste artigo terão como parâmetro de suas despesas:



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

I - com pessoal e encargos sociais, o gasto efetivo com a folha de pagamento do primeiro semestre de 2000, apurando a média mensal e projetando-a para todo o exercício, considerando os acréscimos legais no artigo 169 da Constituição Federal, alterações de Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos, verificados até a data limite de 30 de Junho de 2000, as admissões na forma da Lei e eventuais reajustes a serem concedidos aos servidores públicos.

II - com os demais grupos de despesa, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2000.

Art. 16. Não se admitirão emendas ao projeto de lei de orçamento que visem a:

I - dotações referentes a obras previstas no orçamento vigente ou nos anteriores, e não concluídas;

II - dotações com recursos vinculados;

III - alterar a dotação solicitada para despesas de custeio, salvo quando provada a inexatidão da proposta;

IV - conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

V - conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.

Art. 17. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 18. A programação de prioridades, metas e quantitativos a serem cumpridas no exercício financeiro de 2001, obedecerá o seguinte:

I - os projetos já iniciados terão prioridade sobre os novos;

II - os novos projetos serão programados se:

a) comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira;

b) não implicarem anulação de dotações destinadas a obras já iniciadas, em execução ou paralisadas;

III - as contidas no Plano Plurianual de Ação Governamental, acrescidas daqueles previstos e não cumpridos no orçamento do Município para 2000.

Art. 19. Para os fins do disposto no **caput** do art. 169 da Constituição Federal e nas normas estabelecidas pela Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, e nos seguintes casos:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo;





# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computados as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, e custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o §9º do art. 201 da Constituição Federal;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Até o final do exercício financeiro de 2000, se a lei orçamentária não for sancionada, sua programação, até sua sanção, poderá ser executada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, exceto para as despesas com pessoal e encargos sociais e pagamento de benefícios previdenciários, as quais poderão ser executadas conforme a programação.

Art. 21. Para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentários, a Prefeitura enviará, mensalmente, à Câmara Municipal o Balancete Financeiro.

Art. 22. O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

Art. 23. O Poder Executivo fica autorizado a diminuir o volume da dívida ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 24. Não será apreciado projeto de lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício de qualquer natureza tributária sem que apresente a estimativa da renúncia de receita correspondente, bem como as despesas programadas que serão anuladas.

Art. 25. A lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira, excluindo-se dela qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e à fixação da despesa para o próximo exercício.

Parágrafo único. Não se incluem na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

Art. 26. O recursos previstos na lei orçamentária sob o título de Reserva de Contingência, destinados à suplementação orçamentária, não serão superiores a 5% (cinco por cento) da previsão orçamentária total fixada para o exercício de 2001.





## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 27. Na proposta orçamentária constará as seguintes autorizações, que serão observadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, bem como os Fundos Especiais e Administração Indireta:

I - abrir créditos suplementares ao orçamento de 2001, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa prevista, utilizando para isso o excesso de arrecadação efetivamente realizado no exercício;

II - anular parcial ou totalmente dotações previstas no orçamento de 2001 até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa prevista, com exceção daquelas previstas para pagamento da dívida municipal e as previstas para contrapartida de programas pactuados em convênio, com recursos para abertura de créditos suplementares e/ou especiais;

III - realizar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, até o limite de 15% (quinze por cento) do total da receita estimada para o exercício de 2001.

Art. 28. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com os detalhes estabelecidos na lei orçamentária anual.

§1º Projeto de lei relativo a créditos adicionais será acompanhado de exposição de motivos circunstanciada que justifique e que indique as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§3º No caso de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

Art. 29. O orçamento municipal poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade, a título de subvenções sociais, a serem executados por entidades de direito privado, mediante convênio, desde que sejam da conveniência da Administração Pública e tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados, e que preencham as seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e nas áreas de assistência social, saúde, educação e cultura;

II - não tenha débitos de prestação de contas de recursos anteriores;

III - apresentem plano de trabalho contendo as seguintes informações:

a) identificação do objeto a ser executado;

b) metas a serem atingidas;

c) etapas ou fases de execução;

d) plano de aplicação dos recursos financeiros;

e) cronograma de desembolso;



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

f) previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas ou fases programadas.

§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar cópias de:

a) declaração de funcionamento regular nos dois últimos anos, emitida no exercício financeiro de 2000, por autoridade local;

b) certidões negativas de débitos junto à Fazenda Pública federal, estadual e municipal bem como as negativas junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

c) balanços financeiro e patrimonial dos dois últimos exercícios;

d) cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

e) estatuto de criação e funcionamento da entidade;

f) ata de posse da atual diretoria.

§2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, mediante convênio, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 30. As transferências de recursos do Município, a qualquer título, consignadas na lei orçamentária anual a outro ente da federação, inclusive auxílios, assistência financeira e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 31. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificando o elemento da despesa.

Art. 32. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 33. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as prioridades e metas, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras".

§1º Na hipótese da ocorrência do disposto no **caput** deste artigo, o Poder Executivo comunicará Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§2º O Chefe do Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão terá como limite de movimentação e empenho.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§3º Caso o Poder Legislativo não promover a limitação de empenho e movimentação financeira, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo critérios desta lei.

Art. 32. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 17 de julho de 2000

Acácio Mendes de Andrade  
Prefeito Municipal

Silvana Fernandes de Oliveira Ribeiro  
Secretária Municipal da Administração